

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

2

Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)


Atena
Editora
Ano 2021

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

2

Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Geografia: espaço, ambiente e sociedade 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adilson Tadeu Basquerote

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G345 Geografia: espaço, ambiente e sociedade 2 / Organizador Adilson Tadeu Basquerote. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-785-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.854211412>

1. Geografia. I. Basquerote, Adilson Tadeu (Organizador). II. Título.

CDD 910

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra: “**Geografia: Espaço, ambiente e sociedade 2**”, apresenta pesquisas que se debruçam sobre a compreensão do espaço, por meio das ações das distintas sociedades, que resultam da síntese relacional entre a natureza e a ação humana. Nesse sentido, historicamente em diferentes lugares os grupos humanos desenvolveram técnicas cada vez mais avançadas para garantir não só as necessidades de suas populações, mas também o seu poder e domínio sobre o território. Dessa forma, tais técnicas tornaram-se realmente complexas, mas sem deixarem de lado a premissa mais básica desde o surgimento dos primeiros agrupamentos: a necessidade de utilização e transformação da natureza. Como consequência, ocasionou impactos negativos sobre o espaço geográfico, que podem ser percebidos em distintas escalas.

Partindo desse entendimento, o livro composto por dezesseis capítulos, resultantes de pesquisas empíricas e teóricas, de distintos pesquisadores de diferentes instituições e regiões brasileiras e uma de Moçambique, apresenta pesquisas que interrelacionam ações humanas sobre o espaço e destacam a centralidade das relações de poder na constituição social. Entre os temas abordados, predominam análises de integração e porosidade territorial, patrimônio arqueológico, avaliação e utilização de resíduos sólidos, gênero e comunidades tradicionais, educação ambiental, saneamento básico, conurbação urbana, clima, entre outros.

Para mais, destacamos a importância da socialização dos temas apresentados, como forma de visibilizar os estudos realizados sob dissemelhantes perspectivas. Nesse sentido, a Editora Atena, se configura como uma instituição que possibilita a divulgação científica de forma qualificada e segura.

Que a leitura seja convidativa!

Adilson Tadeu Basquerote

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A IMPORTÂNCIA DO NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO PARA DIMINUIR AS PERDAS DE ÁGUA NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO


Ricardo dos Santos Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114121>

CAPÍTULO 2..... 13

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DE EQUAÇÕES DE FATOR DE SEGURANÇA

Felipe Costa Abreu Lopes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114122>

CAPÍTULO 3..... 21

AVALIAÇÃO DA UMIDADE RELATIVA DO AR NO PERFIL TOPOCLIMÁTICO DO PICO DA BANDEIRA, MINAS GERAIS

Emerson Galvani

Thais Bassos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114123>

CAPÍTULO 4..... 37

CLASSIFICAÇÃO DE ANOS PADRÃO DE PLUVIOSIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA-SP

Ivan Vasconcelos de Almeida Sá

Edelci Nunes da Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114124>

CAPÍTULO 5..... 50

CONTRACARTOGRAFANDO JUNTO A COMUNIDADES TRADICIONAIS: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Ícaro Cardoso Maia

Alcindo José de Sá

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114125>

CAPÍTULO 6..... 60


EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA – O CASO DE UMA ESCOLA RURAL, NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE

Jorginaldo Calazans dos Santos

Flaviano Oliveira Fonseca

Antenor Santos do Carmo

Thamires Cristina de Oliveira Santana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114126>


CAPÍTULO 7..... 69

ESTRATÉGIAS DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS PARA A CONTRIBUIÇÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE TERRA E NA MELHORIA DA QUALIDADE DO AMBIENTE, NO

DISTRITO DE MUANZA: CASO DE ESTUDO NA SEDE DISTRITAL, ENTRE 2014 a 2019
– MOÇAMBIQUE

Maria Albertina Lopes da Silva Barbito

Abel Armando Nhacuirima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114127>

CAPÍTULO 8..... 80

O MOVIMENTO INTERESTADUAL DE MULHERES QUEBRADEIRAS DE COCO
BABAÇU: DESAFIOS E LUTAS PELO ACESSO AOS RECURSOS NATURAIS DO
TERRITÓRIO

Gilson de Araújo Silva

Talita Maria Machado Freitas


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114128>

CAPÍTULO 9..... 89

RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL: ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS
PARA O ENCAMINHAMENTO DO RESÍDUO CLASSE A NO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ
– SP

Romária Pinheiro da Silva

Jumara Soares das Chagas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114129>

CAPÍTULO 10..... 102

OS BRINQUEDOS ARTESANAIS DE MIRITI CONFECCIONADOS NA AMAZÔNIA
BRASILEIRA: A PRODUÇÃO NO PARÁ

Jumára Soares das Chagas

Simey Thury Vieira Fisch

Romária Pinheiro da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141210>


CAPÍTULO 11..... 122

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES: EVIDÊNCIA
DA OCUPAÇÃO HUMANA PRÉ-COLONIAL NO EXTREMO SUL DE SANTA CATARINA

Carolina Porto Luiz

Geovan Martins Guimarães

Juliano Bitencourt Campos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141211>

CAPÍTULO 12..... 135

POROSIDADE TERRITORIAL E ESTADO: A CONCEPÇÃO DE FRONTEIRA NA
PERSPECTIVA DA POLÍTICA HAITAINA

Guerby Sainte

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141212>


CAPÍTULO 13..... 148

RODOVIA/AVENIDA DR. LAMARTINE PINTO DE AVELAR NA CIDADE DE CATALÃO

(GO): USO DO SOLO URBANO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS CALÇADAS

Ainglys Cândido Pinheiro

Randolpho Natil de Souza


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141213>

CAPÍTULO 14..... 158

A AUSÊNCIA DE INTEGRAÇÃO TERRITORIAL E A DETERIORAÇÃO OPERACIONAL DO MODELO DE BRT NO RIO DE JANEIRO: O CASO DA LINHA TRANSCARIOCA

André Luiz Bezerra da Silva

Mauro Kleiman

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141214>


CAPÍTULO 15..... 165

ILHAS DE FRESCOR URBANO: ESTUDO DE CASO EM PORTO ALEGRE – RS

Lizia De Moraes De Zorzi

Mino Viana Sorribas

André Luiz Lopes da Silveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141215>

CAPÍTULO 16..... 175


O PANTANAL ARAGUAIANO

Paulo Roberto Martini

Valdete Duarte

Egídio Arai

Luaê Andere

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141216>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 184

ÍNDICE REMISSIVO..... 185

RODOVIA/AVENIDA DR. LAMARTINE PINTO DE AVELAR NA CIDADE DE CATALÃO (GO): USO DO SOLO URBANO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS CALÇADAS

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 20/09/2021

Ainglys Cândido Pinheiro

Universidade Federal de Goiás Regional
Catalão, Instituto de Geografia
Catalão -GO
<http://lattes.cnpq.br/1457889366210978>

Randolpho Natil de Souza

Universidade Federal de Goiás Regional
Catalão, Instituto de Geografia
Catalão – GO
<http://lattes.cnpq.br/4993669956945590>

Resumo: Esse trabalho intenta compreender a apropriação do espaço público calçadas da rodovia/avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar na cidade de Catalão em Goiás. Por se tratar de uma rodovia que interliga a GO-330 a BR-050 possui a peculiaridade de ser tanto rodovia quanto avenida, há então a necessidade de verificar as normativas que a regem, visto que os espaços públicos - calçadas estão apropriados. Portanto, realizou-se pesquisa teórica sobre uso do solo urbano, práticas socioespaciais, apropriação e espaço público - pesquisa documental a partir das normatizações como, a NBR 9050 (2015), Estatuto da Cidade (2001), Plano Diretor de Catalão (2016) instrumentos pelos quais se torna possível assegurar aos pedestres o direito às vias a eles destinadas, o direito à cidade - e pesquisa de campo na qual foram feitos registros fotográficos para identificar os usos no local.

Nos trechos sob análise a maioria das calçadas possuem guia da calçada rebaixada, o que facilita o acesso do automóvel no espaço destinado ao pedestre, nesse caso a acessibilidade e segurança ficam comprometidas. Assim, pensar a cidade de forma democrática constitui priorizar o pedestre oferecendo calçadas arborizadas que favoreçam o caminhar, com guias elevadas, pois impedem avanço dos veículos e estimular o uso de veículos não motorizados a fim de promover maior qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia. Planejamento urbano. Uso do solo. Calçadas. Catalão (GO).

HIGHWAY/AVENUE DR. LAMARTINE PINTO DE AVELAR IN THE CITY OF CATALÃO (GO): USE OF URBAN LAND AND APPROPRIATION OF PUBLIC SPACES SIDEWALKS

ABSTRACT: This work aims to understand the appropriation of public space along the Dr. Lamartine Pinto de Avelar highway/avenue in the city of Catalão in Goiás. As it is a highway that connects go-330 to br-050, it has the peculiarity of being both a highway as for the avenue, then there is a need to verify the regulations that govern it, since the public spaces - sidewalks are appropriate. Therefore, theoretical research was carried out on urban land use, socio-spatial practices, appropriation and public space - documentary research based on standards such as NBR 9050 (2015), City Statute (2001), Master Plan of Catalão (2016) instruments through which it becomes possible to assure pedestrians the right to the roads destined for them, the right to the city - and field research in which photographic

records were made to identify the uses in the place. in the stretches under analysis, most of the sidewalks have a lowered sidewalk guide, which facilitates the access of the car to the pedestrian space, in which case accessibility and safety are compromised. thus, thinking about the city in a democratic way constitutes prioritizing the pedestrian, offering tree-lined sidewalks that favor walking, with elevated guides, as they impede the advancement of vehicles, and encourage the use of non-motorized vehicles in order to promote a better quality of life.

KEYWORDS: Geography. Urban Planning. Land Use. Sidewalk. Catalão (GO).

1 | INTRODUÇÃO

A calçada é um dos elementos que compõem a infraestrutura da cidade e do sistema viário urbano, destinada ao trânsito de pedestres é separada da via de veículos pela guia (meio-fio), apresentando-se em nível diferente. Essas devem garantir o deslocamento das pessoas independente de suas condições físicas ou sensoriais, limitação de percepção ou mobilidade, com autonomia, conforto e segurança.

Catalão, a partir da expansão dos setores primário, secundário e terciário, passou a atrair estudantes, empresas e trabalhadores, assim a densidade demográfica tem aumentado significativamente. No entanto, o crescimento urbano acelerado aumenta o número de veículos intensificando pontos de conflitos.

Os conflitos mencionados ocorrem nas calçadas da rodovia/avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar, onde o setor privado se apropria do espaço público ao demarcar com faixas e correntes o espaço para expor produtos e estacionamentos. Para compreender a apropriação desses espaços – calçadas realizou-se pesquisa teórica sobre uso do solo urbano, práticas socioespaciais, apropriação e espaço público - pesquisa documental a partir das normatizações como, a NBR 9050, Plano Diretor de Catalão (2016) e Estatuto da Cidade (2001).

O trecho das calçadas analisado em 2017 se inicia na quadra próxima a antiga rodoviária até o Serviço Social da Indústria (Sesi) onde público e privado amalgamam-se. Nessa condição, o automóvel é valorizado em detrimento do pedestre interferindo na mobilidade urbana e conseqüentemente na qualidade de vida da comunidade.

Nas calçadas da rodovia/avenida Dr. Lamartine Pinto de os estabelecimentos comerciais a utilizam como, estacionamento, espaço para exposição de mercadorias, em uma relação de comércio formal e informal. Por isso compreender a apropriação do espaço público e uso do solo urbano a partir das calçadas da rodovia/avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar em Catalão (GO) é necessário.

2 | USO DO SOLO URBANO EM CATALÃO

O modo de vida urbano levado pelo homem traz em si uma série de determinações que ao se realizarem adquirem dimensão espacial. Essa pesquisa compreende a produção

e apropriação do espaço urbano como condição, meio e produto da reprodução social determinado pela lógica de acumulação capitalista a qual eleva seus objetivos e os impõem à vida.

A lógica da acumulação capitalista, generaliza o mundo da mercadoria e torna o uso do solo da cidade cada vez mais dominado pelo valor de troca. Isso se deve ao fato de que o processo de produção de mercadorias impõe um modo de vida ao cidadão que nesse momento se torna consumidor e usuário dos serviços oferecidos pela cidade.

As práticas socioespaciais desenvolvidas na cidade dão concretude e significado ao mundo da mercadoria que ao se realizar (re)produz o espaço urbano e a sociedade. Nesse sentido, o uso do solo é a expressão da (re)produção do espaço, *locus* da produção, circulação, distribuição e consumo de mercadorias. Logo, esse processo confere a valorização do solo urbano.

Esse movimento gera contradições a partir do acesso a propriedade privada da riqueza socialmente produzida, adquirida pelo pagamento. Assim o sentido de cidade como obra, criação e gozo é eliminado como afirma Vasconcelos et al. (2013, p. 98) “[...] num processo de trabalho dividido e sem conteúdo, numa cidade que não lhe pertence e com a qual não se identifica.”

O espaço-mercadoria compreende um processo capitalista das formas de apropriação da riqueza socialmente produzida, como momento de alienação, expressa na contradição que se desenvolve nesse movimento de constituição da propriedade, em forma jurídica. Na qual há um contrato social que determina quem é dono da propriedade auferindo-lhe direitos e acesso à vida urbana. (VASCONCELOS et al. 2013, p. 96).

Na evolução desse processo, no Brasil independente, os espaços públicos passaram a resultar principalmente do parcelamento do solo, tendo como marco inicial à aprovação da Lei de Terras em 1850, que mudou a forma de apropriação de terras, passando de um sistema de concessões pela Coroa para um sistema de compra e venda, com demarcação e delimitação de frações, ainda sem distinção entre terras urbanas e rurais.

Para analisar o uso do solo, a teoria do valor do solo urbano deve ser “[...] fundamentada na unidade entre valor de uso e valor de troca.” (CARLOS, 2013, p. 47). Desse modo, o uso do solo se dá a partir de sua apropriação, dotado de valor expresso pelo preço. Sobre a evolução dos preços Carlos (2013) destaca

a evolução dos preços interrelaciona-se com as condições de reprodução do espaço urbano, decorrente da produção das condições gerais de produção do sistema e dos custos gerados pela aglomeração, pelo grau de crescimento demográfico, pela utilização do solo, pelas políticas de zoneamento ou de reserva territorial e pelas modificações do poder aquisitivo dos habitantes. (CARLOS, 2013, p. 48).

Em atendimento à demanda do mercado (setores industrial, comercial e residencial) a cidade é (re)produzida através do trabalho humano, que tem por finalidade a produção

da vida material necessária para sua sobrevivência. Nesse sentido, o modo de vida urbano é algo determinado, sendo as possibilidades limitadas e a cidade tende a se organizar conforme as necessidades do mercado e a paisagem urbana expressará as diferenciações dos usos e a apropriação desigual do espaço urbano.

Através da compra e venda (mercado imobiliário), os indivíduos que ocuparão cada lugar da cidade, do centro à periferia (pobre e rica) serão selecionados por seu poder aquisitivo.

Em suma, o uso do solo urbano é disputado por vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, nesse sentido o uso do solo nas calçadas se dá a partir de sua apropriação, essa realizada por meio das práticas socioespaciais. Para compreender a (re)funcionalização do espaço público - calçada, destinada a circulação dos pedestres, as práticas socioespaciais e a apropriação são abordadas a seguir.

3 | PRÁTICAS SOCIESPACIAIS E APROPRIAÇÃO NAS CALÇADAS DA RODOVIA/AVENIDA DR. LAMARTINE PINTO DE AVELAR EM CATALÃO (GO)

A noção de apropriação socioespacial está fundamentada na perceptiva de compreender as práticas socioespaciais realizadas nos espaços públicos – calçadas. A apropriação abordada se refere aos usos cotidianos relacionados à própria vida, na perspectiva de ser uma prática socioespacial reveladora de necessidades de reestruturações físicas, que permitem a flexibilização no uso do espaço.

As práticas socioespaciais são consideradas a partir de (CARLOS, 2001), ações realizadas no dia-a-dia do cidadão e que assumem um papel fundamental enquanto condicionantes da apropriação socioespacial do espaço urbano. Assim, as práticas são mediadoras da apropriação da cidade ou parte dela. Segundo Carlos (2001) é na análise das práticas socioespaciais cotidianas que o uso do espaço se expressa por meio de:

[...] relações de vizinhança, o ato de ir às compras, o caminhar, o encontro, os jogos, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida/reconhecida em pequenos atos corriqueiros e aparentemente sem sentido que criam laços profundos de identidades habitante - habitante e habitante - lugar, marcada pela presença. São, portanto, os lugares que o homem habita dentro da cidade e que dizem respeito a sua vida cotidiana, lugares como condição da vida, que vão ganhando o significado dado pelo uso (em suas possibilidades e limites). (CARLOS, 2001, p. 35-36).

No entanto, essa constituição e apropriação dos lugares na cidade ocorre efetivamente por meio da “identidade” do sujeito no espaço e no tempo, da relação “habitante - lugar”, por meio das diferentes formas de uso (CARLOS, 2001). Para Carlos (2004) é na análise da vida cotidiana que as práticas socioespaciais se desenrolam esclarecendo o vivido na medida em que a sociedade produz o espaço, apropriando-se do mesmo para fins diversos da vida urbana.

Na perspectiva lefebvriana, “o uso do espaço, do tempo, do corpo é essencial, pelo

fato de abrigar dimensões da existência, os sentidos da vida: o prazer, o sonho, o desejo, o riso [...]” (LEFEBVRE, 2001, 1991). Diante essas considerações a apropriação do espaço urbano está atrelada as situações cotidianas, do uso do espaço e do tempo.

No que se refere às apropriações realizadas pelo setor privado constituente das reestruturações do espaço, como elementos explícitos da possibilidade de flexibilidade de uso, Nishikawa (1984) aponta sobre a importância da realização de projetos urbanísticos que atuem sobre a estrutura física, permitindo que cidadãos exerçam, sobre o espaço público, suas respectivas apropriações, de forma mais adequada e segura.

As práticas socioespaciais, meios pelos quais os interesses privados apropriam-se do espaço público e o privatizam, são fundamentais para a análise dos usos e apropriações do espaço público - calçadas. Em complementariedade ao estudo, está apresentado a seguir um breve histórico do espaço público, pois corrobora para compreender as práticas socioespaciais realizadas nas calçadas da rodovia/avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar.

4 | ESPAÇO PÚBLICO

Há diversas abordagens que subsidiam a compreensão do conceito de espaço público, são visões geográficas, sociológicas, antropológicas e arquitetônicas. Visto isso, destacasse aqui algumas distinções fundamentadas na literatura apresentada de modo a compreender o que seja o espaço público.

As diferentes concepções entre o público e o privado por meio das suas respectivas esferas, refletem diretamente nas formas dos usos e não-usos e da apropriação desses espaços pela sociedade, a qual produz e reproduz esses lugares da cidade, bem como sua reprodução.

A noção de espaço público abordada parte de suas acepções mais gerais, a partir de autores, como: Sennett (1998) e Arendt (1983); além de outros autores que o trabalharam a partir dessas concepções, dentre os principais: Marzochi (2005), Lavalle (2005), Dupas (2003) e Borja y Muxí (2003); até chegar a um breve contexto das cidades brasileiras com autores como: Serpa (2007), Gomes (2002), Jovchelovitch (2000).

O espaço público é tão antigo quanto à cidade (BORJA y MUXÍ, 2003; GOMES, 2002; YÁZIGI, 2000). A presença do espaço público nas primeiras cidades atribuía uma marca imponente aos locais de encontro, onde decisões importantes que envolvem a sociedade eram tomadas, sendo considerados símbolos de poder. De acordo com Saldanha (1993), esses locais eram centrais e vitais, historicamente reconhecidos como o ponto de encontro dos cidadãos e símbolo da participação do povo nas questões políticas, além de suas funções comerciais.

A concepção de Dupas (2003) e Jovchelovitch (2000) traz que, para os gregos, uma vida sem a participação na esfera pública, significava a privação das faculdades humanas mais valiosas. Significava ser privado da realidade, sem participar da sociedade em que

vive, bem como só poderia ser bom político quem, na esfera privada, fosse ético, moral e digno. Essas eram as prerrogativas da cidade política.

Para elucidar a ressignificação do espaço público, a abordagem sociológica de Sennett (1998) busca entender as mudanças comportamentais, ocorridas a partir do século XVIII que influenciaram profundamente as relações sociais. Sua pesquisa estuda o comportamento das pessoas nos teatros, nas ruas, no vestuário, e nos costumes, durante o período que se inicia em meados do século XVIII e vai até o início do século XX, e constata a prevalência da vida privada sobre a vida pública.

Essa relação tornara o espaço público um ambiente de representação das ações individuais, onde cada um dos indivíduos age como ator representando seu papel social. Chega à conclusão de que a sociedade construída a partir desse momento é a da impessoalidade nas relações, da sobreposição do privado sobre o público, da participação passiva nos acontecimentos sociais, da neutralidade e da funcionalidade dos meios de comunicação.

No que diz respeito a um conceito polissêmico por excelência, sua forma precisa se torna possível quando a “[...] oposição com o privado lhe define as fronteiras [...]” (LAVALLE, 2005, p. 28), e ao levar em consideração suas formas e funções, também diferenciadas na cidade. São os contornos entre esses dois conceitos que se expressam por meio das práticas socioespaciais e dão sentidos aos lugares na reestruturação da cidade.

Diante o exposto, nas calçadas da rodovia/avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar verifica-se o processo de refuncionalização do espaço público. Visto que uso do solo se dá a partir de sua apropriação realizada pelas práticas socioespaciais, meio pelo qual os interesses privados demarcam o espaço com símbolos, como faixas e correntes, dividindo a via dos pedestres com veículos e produtos.

As diferentes formas de apropriação expressas pelo uso apresentam um espaço de luta de classes no qual o setor comercial apropria-se do público refuncionalizando-o, como lugares de destino o que compromete o direito dos pedestres. Desse modo, a normatização que garante os direitos dos pedestres é abordada para analisar os conflitos recorrentes nas calçadas da rodovia/avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar.

5 | ATENDIMENTO A NORMATIZAÇÃO NBR 9.050 E PLANO DIRETOR DE CATALÃO (GO)

O § 3º. Do art. 10 do Plano Diretor de Catalão indica que as calçadas devem ser construídas observando as normativas relativas à acessibilidade nos termos da Lei Federal 13.146/2015 e da NBR 9.050, ou por outra Lei que lhe sobrevier. (PLANO DIRETOR DE CATALÃO, 2016, p. 15). A Lei Federal 13.146/2015 instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades

fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Quanto a acessibilidade a NRB 9050 (2004) destaca, “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. Sobre o respeito e prioridade no trânsito a ABRASPE (2007) apresenta no Art. 29,

O trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação obedecerá às seguintes normas: [...] § 2º Respeitadas as normas de circulação e conduta estabelecidas neste artigo (29), em ordem decrescente, os veículos de maior porte serão sempre responsáveis pela segurança dos menores, os motorizados pelos não motorizados e, juntos, pela incolumidade dos PEDESTRES. (ABRASPE, 2007, p. 5).

Desse modo, o pedestre no trânsito tem prioridade, visto a posição de vulnerabilidade diante os veículos motores. Na prática observada na pesquisa, o pedestre não é priorizado no fluxo da mobilidade urbana nas calçadas da rodovia/avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar, pelo fato do espaço que lhe é reservado ser dividido com veículos, mesas e produtos. Assim o momento de desterritorialização do espaço público se consolida, a partir das práticas socioespaciais. Esses usos podem ser verificados na foto abaixo.



Foto 1 – Demarcação simbólica nas calçadas da Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar em Catalão (GO) em 2017.

Autora: Pinheiro, A. C. Data: 05/10/2017.

Na foto é possível perceber as demarcações que propõem as formas de uso, como estacionamento e exposição de produtos, há o controle simbólico do setor privado no espaço público, por meio de faixas, correntes e meio-fio rebaixado. Sobre o processo de territorialização no espaço público, Serpa (2007) diz:

nos “novos” e “renovados” espaços públicos urbanos ao redor do mundo,

as práticas espaciais inscrevem-se em um processo de "territorialização do espaço". Em verdade, os usuários privatizam o espaço público através da ereção de limites e/ou barreiras de cunho simbólico, por vezes "invisíveis". É desse modo que o espaço público se transforma em uma justaposição de espaços privatizados; eles não são compartilhados, mas sobretudo, dividido entre diferentes grupos e agentes. Consequentemente, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. Falta interação entre esses territórios, percebidos (e utilizados) como uma maneira de neutralizar o "outro" em um espaço que é acessível – fisicamente – a todos. (SERPA, 2007, p. 176, grifos do autor).

Diante do exposto, e ainda, de acordo com as normas da NBR 9.050 (2004), "as calçadas devem ter no mínimo 1,20 m, para circulação livre das pessoas, ressaltando que é recomendado 1,50 m, sem nenhuma obstrução; para a faixa de serviço são recomendados 0,75 m para implantação do mobiliário urbano." Por isso a calçada analisada não atende as normativas.

6 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido ao aumento populacional de Catalão, estado de Goiás, a partir da expansão dos setores primário, secundário e terciário houve a intensificação dos fluxos de veículos e pessoas nas vias públicas o que gera pontos de conflitos. Visto que as atividades comerciais através das práticas socioespaciais se apropriam dos espaços públicos - calçadas.

Nas calçadas da rodovia/avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar, os usos inadequados verificados foram: extensão do comércio, em forma de estacionamento e exposição de produtos. Sendo assim dão nova forma e conteúdo a esses espaços, destinadas a circulação dos pedestres.

Verificou-se que nas calçadas da Lamartine não há o cumprimento da normatização quanto ao uso adequado das calçadas, onde a guia (meio-fio) ao longo dessa, não cria barreira física entre os carros e pedestres. Portanto, nos trechos analisados na pesquisa, a maioria das calçadas são possuidoras de guia rebaixada, o que facilita o acesso do automóvel no espaço destinado ao pedestre o que compromete a acessibilidade e segurança. Junto a isso, símbolos presentes nas calçadas como correntes e faixas delimitam o espaço que os carros devem utilizar, o que reafirma aos motoristas que aquela área é destinada a esse fim.

Nesse sentido os pedestres não têm acesso a uma via que ofereça segurança visto que além dos usos inadequados, há locais propícios a queda devido ao desnível em diversas áreas da calçada em análise. Desse modo, são comprometidas; acessibilidade, pois não assegura a completa mobilidade dos usuários; fluidez, os pedestres não conseguem fazer seu trajeto sem interrupções, sendo preciso desviar de carros e produtos expostos; Quanto a largura da calçada não há o atendimento as dimensões mínimas na faixa livre que mesmo delimitada ainda possui obstáculos.

Durante as análises em campo, as situações descritas e apresentadas na foto ao longo da pesquisa estiveram sempre presentes. As ações aqui tratadas traduzem, na prática, uma apropriação privada de um espaço público e, por isso mesmo, um lugar que deveria ser partilhado por todos, independentemente de quem está no automóvel particular ou do cidadão que se locomove a pé. Pensar a cidade de forma democrática constitui priorizar o pedestre oferecendo calçadas com guia elevada, rampas, arborização dentre tantas melhorias que favoreçam a caminhabilidade, estimulando ainda o uso de veículos não motorizados.

REFERÊNCIAS

ABRASPE. Associação Brasileira de Pedestres. Disponível em: <<http://www.pedestre.org.br/PedestreCTB.pdf>>. Acesso em: 05/02/18.

_____. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. NBR 9050, 2004.

ARENDR, Hannah. **A condição humana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

_____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **A Cidade**. 9.ed, 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. (Repensando a Geografia).

DUPAS, G. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ESTATUTO DA CIDADE. – 3.ED. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 102p. Disponível em < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf?sequence=6> >. Acesso em: 15/01/18.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

LAVALLE, Adrian Gurza. As dimensões constitutivas do espaço público: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. In: **Espaço público: o conceito e o político**. Espaço e Debates. Revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo. n. 46, v. 25, jan/jul 2005. p. 33 - 44.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução: Sergio Martins. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 1999, p.178.

MARZOCHI, S. F. Redes eletrônicas e articulações não governamentais: “esfera pública transnacional” em construção. In: **Espaço Público: o conceito e o político**. Espaço e Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, n. 46 v. 25, 2005. p. 62 - 78.

NISHIKAWA, A. **O espaço da rua articulado ao entorno habitacional em São Paulo**. 1984. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

PLANO DIRETOR DE CATALÃO. Volume II. Disponível em < <http://www.catalao.go.gov.br/site/v4/upload/leisedecretos/0829828f1c20b04a7731a50a6dfa9656.pdf>>. Acesso em: 15/01/18.

SALDANHA, N. **O jardim e a praça: o privado e o público na vida social e histórica**. São Paulo: EDUSP, 1993.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. 5. ed. Tradução de Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

YÁZIGI, E. **O Mundo das Calçadas**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abastecimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 64, 71, 76, 78, 79

Água 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 22, 27, 56, 64, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 85, 105, 106, 107, 108, 112, 126, 168, 172, 180

Análise 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 28, 29, 30, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 58, 60, 62, 63, 66, 68, 69, 72, 73, 79, 102, 131, 136, 148, 151, 152, 155, 164, 165, 170, 172, 174

Anos 3, 4, 9, 10, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 57, 60, 62, 74, 78, 81, 82, 85, 86, 90, 96, 110, 122, 123, 125, 134, 159, 161, 179, 183

Avaliação 11, 20, 21, 22

C

Cidadania 84, 154

Cidade 2, 47, 70, 72, 86, 97, 99, 102, 114, 121, 128, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 167, 172, 173

Comunidades tradicionais 50, 51, 52, 53, 57, 58, 80, 84, 86

Conflito 55, 146

Conhecimento 1, 7, 28, 39, 50, 65, 66, 67, 73, 85, 108, 119, 132, 178

Contexto 21, 24, 36, 51, 53, 54, 61, 62, 64, 66, 67, 73, 81, 82, 84, 136, 140, 146, 152, 156, 157, 163

Cultura 23, 51, 52, 53, 57, 58, 59, 61, 84, 92, 102, 103, 120, 131, 134

D

Desenvolvimento 14, 15, 22, 28, 29, 30, 35, 60, 61, 63, 64, 71, 77, 81, 84, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 99, 100, 102, 111, 115, 116, 121, 136, 141, 145, 158, 163, 164, 184

Desenvolvimento regional 102

Diversidade 25, 49, 61, 80, 82, 111

E

Educação ambiental 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 101

Escola 12, 60, 62, 64, 66, 67, 100, 183

Espaço 36, 43, 44, 47, 48, 52, 62, 64, 65, 70, 72, 73, 76, 92, 117, 118, 119, 130, 135, 136, 137, 140, 141, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 163

Espaço geográfico 36, 73, 135, 136, 140

Estudo 1, 11, 12, 14, 21, 22, 28, 35, 37, 38, 39, 41, 48, 52, 54, 55, 62, 63, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 77, 78, 79, 82, 91, 97, 100, 121, 123, 124, 141, 152, 158, 159, 161, 165, 166,

167, 172, 173, 175, 176, 177, 183

F

Fonte 3, 4, 6, 8, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 63, 64, 65, 67, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 81, 83, 85, 90, 94, 95, 96, 97, 98, 103, 107, 108, 112, 114, 118, 120, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 139, 143, 144, 161

G

Geografia 11, 13, 20, 21, 28, 35, 36, 37, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 58, 59, 82, 87, 88, 135, 146, 148, 156, 173, 184

H

Humano 60, 61, 66, 70, 94, 150

L

Lugar 29, 50, 55, 57, 118, 132, 136, 138, 141, 142, 151, 156, 160, 161

M

Metodologia 11, 15, 27, 39, 56, 72, 79, 91, 100, 102, 166

Movimento 54, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 150

Mulheres 70, 74, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87

Município 2, 3, 4, 7, 8, 9, 11, 24, 38, 39, 44, 47, 62, 67, 68, 79, 85, 89, 91, 97, 98, 99, 103, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 132, 133, 134, 160, 168, 169

N

Natureza 35, 52, 60, 61, 62, 66, 68, 74, 77, 92, 111, 112, 115, 116, 135, 140, 146

Necessidade 7, 60, 63, 66, 67, 92, 99, 119, 120, 131, 137, 148

O

Ocupação 52, 69, 70, 72, 75, 76, 78, 122, 125, 126, 129, 131, 133, 134, 168, 174

Organização 58, 63, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 95, 104, 120, 136, 140

P

Paisagem 36, 50, 55, 56, 57, 58, 78, 81, 93, 94, 115, 134, 151

Participação 9, 53, 57, 77, 88, 90, 94, 95, 152, 153

Patrimônio 58, 122, 124, 125, 129, 131, 132, 133

Pesquisa 11, 14, 36, 39, 50, 51, 53, 54, 57, 58, 60, 62, 63, 66, 68, 69, 72, 79, 82, 87, 91, 96, 97, 100, 101, 102, 122, 123, 124, 126, 129, 131, 136, 148, 149, 153, 154, 155, 156, 164, 173, 184

Problema 14, 56, 72, 75, 76, 96, 111, 162

R

Relações 28, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 62, 87, 135, 140, 141, 145, 146, 151, 153

Resíduos 64, 68, 76, 77, 78, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 106, 108, 113, 117, 120

Rodovia 63, 133, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155

S

Saneamento básico 1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 70

Social 2, 6, 50, 52, 55, 57, 59, 61, 66, 69, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 87, 92, 96, 108, 120, 129, 136, 137, 149, 150, 153, 154, 157, 158, 159, 163, 164

Sociedade 52, 56, 57, 66, 85, 90, 91, 94, 95, 125, 136, 145, 146, 150, 151, 152, 153

Sustentável 64, 66, 69, 71, 72, 73, 84, 89, 90, 91, 92, 94, 111, 115, 120, 132, 158, 159, 164

T

Tecnologia 11, 60, 63, 121

Terra 51, 52, 56, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 78, 81, 82, 85, 87, 125, 146, 156, 175, 176, 177

Territorial 52, 55, 56, 58, 71, 72, 77, 78, 79, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 150, 158, 159, 184

Território 50, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 69, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 123, 126, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 146, 147, 158, 159, 179, 184

Trabalho 9, 13, 14, 15, 21, 22, 28, 35, 37, 39, 40, 41, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 57, 60, 62, 64, 65, 67, 71, 75, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 87, 91, 102, 103, 106, 107, 111, 112, 114, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 135, 143, 144, 148, 150, 167, 177, 178, 180, 182, 183

U

Umidade 15, 21, 22, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 39, 49, 114, 162, 172

Urbano 70, 71, 72, 77, 92, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 159, 163, 164, 165, 166, 168, 172, 173

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br